

ROMANCE

DEMÉRARA

WAGNER G. BARREIRA

69 instante

© 2020 Editora Instante
© 2020 Wagner G. Barreira

Direção Editorial: **Silvio Testa**

Coordenação Editorial: **Carla Fortino**
Revisão: **Laila Guilherme e Fabiana Medina**
Capa: **Fabiana Yoshikawa**
Ilustrações: **Juliano de Oliveira Moraes (JJBZ)**
Diagramação: **Estúdio Dito e Feito**

1ª Edição: 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Laura Emília da Silva Siqueira CRB 8/8127)

Barreira, Wagner G. Demerara / Wagner G. Barreira ; Prefácio, Laurentino Gomes. 1ª ed. — São Paulo: Editora Instante : 2020. ISBN 978-65-87342-07-8 1. Literatura brasileira 2. Literatura brasileira: romance I. Barreira, Wagner G. CDU 821.134.3(81) CDD 869.3

Índices para catálogo sistemático:

- 1.Literatura brasileira
 - 2.Literatura brasileira : romance
- 869.3

Texto fixado conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil a partir de 2009.

www.editorainstante.com.br
facebook.com/editorainstante
instagram.com/editorainstante

Demerara é uma publicação da Editora Instante.

Este livro foi composto com as fontes Arnhem e Ancoa Slanted Regular e impresso sobre papel Pólen Bold 90g/m² em Edições Loyola.

Em memória de Adelaide e Bernardo

PREFÁCIO

Os leitores destes trágicos anos 20 do século XXI se reconhecerão de imediato nas páginas deste pequeno, inspirado e muito oportuno romance de Wagner G. Barreira. Seu roteiro tem como cenário um ambiente familiar para os brasileiros de hoje: uma devastadora pandemia provocada por um coronavírus, no caso o da gripe espanhola, que entre janeiro de 1918 e dezembro de 1920 matou entre 20 e 100 milhões de pessoas ao redor do mundo. Só no Brasil foram mais de 35 mil vítimas, número assustadoramente alto, levando-se em conta que, na época, a população brasileira era de apenas 30 milhões de habitantes, cerca de 15% da atual. Em cem anos, entre a gripe espanhola e a covid-19, o clima de medo e incerteza pouco mudou. Os métodos de combate ao vírus permanecem os mesmos: distanciamento social e o uso de máscaras eram, e continuam sendo, as melhores terapias.

Acompanho a notável trajetória de Wagner G. Barreira há mais de três décadas. Fomos colegas de redação em jornal e revistas. Sempre o tive por excelente jornalista, um dos melhores da minha geração. Agora, reencontro-o no papel de escritor e romancista. E surpreendentemente talentoso também nessa área. Dono de escrita madura e experiente, Wagner construiu um livro delicioso. Seu texto é sóbrio, sem, contudo, perder a leveza. As frases são curtas, fortes, bem construídas e pontuadas. O resultado é uma prosa elegante e envolvente, que captura a atenção do leitor da primeira à última linha.

Em *Demerara*, o repórter e o romancista se conjugam de forma habilidosa. Por essa razão, quem se interessa por

pesquisa histórica vai logo se perguntar: o que é real e o que é ficção neste enredo? A dúvida tem fundamento. Antes de construir seu romance, Wagner G. Barreira pesquisou exaustivamente personagens, circunstâncias e paisagens da época em que situa seu protagonista e narrador. Muitos dos nomes e acontecimentos que incorporou à narrativa tiveram existência real e estão bem documentados nos arquivos e livros de história. O navio inglês *Demerara*, que dá nome à obra, realmente partiu de Liverpool no meio de 1918 trazendo a bordo, junto com centenas de imigrantes europeus, o vírus da gripe espanhola. Antes de chegar a Santos, no litoral paulista, fez escalas no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro, cidades a partir das quais a epidemia se disseminou pelo Brasil. Igualmente verdadeiros são os detalhes da ocupação urbana de Osasco, hoje município da Grande São Paulo, incluindo os sobrenomes de famílias italianas, armênicas, espanholas, sírio-libanesas, entre outras nacionalidades, que ali se instalaram, o famoso Clube Atlético de futebol e o Frigorífico Wilson, antiga Salamaria Continental, construído pela empresa norte-americana Land Cattle.

Maior produtor de café, tão dependente do modelo agrário exportador quanto na época colonial, o Brasil de 1918 era um país ainda mal saído de sua longa e tenebrosa história escravista. Desde o fim do século XIX, São Paulo era o destino de milhões de imigrantes europeus, que chegavam para substituir, nas lavouras e fábricas, a mão de obra cativa africana libertada pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888. O império brasileiro tinha implodido havia menos de duas décadas, acontecimento em boa parte consequência da própria abolição da escravatura. O recém-instalado regime republicano sustentava-se por uma aliança entre fazendeiros paulistas e mineiros, conhecida como a “Política do café com leite”, marcada pelo coronelismo e pelo voto de cabresto. E assim permaneceria até pelo menos a Revolução de 1930. A industrialização, ainda em seus passos iniciais, era um sonho que, a rigor, jamais chegaria à plenitude. Também por essa razão, as perguntas

a respeito da viabilidade e do futuro do Brasil, que Wagner ao longo da obra habilmente coloca na boca de seu protagonista, continuam a ser feitas, e sem respostas adequadas, por todos nós neste início de século XXI.

A cuidadosa equação entre ficção e história verídica reforça o encanto da obra de Wagner G. Barreira e comprova que no código genético do escritor de hoje se mantém vivo e forte um DNA anterior, o do jornalista, repórter e pesquisador. Só essas qualidades já fariam de *Demerara* um livro que merece ser lido e apreciado por todas as pessoas que se interessam por boa e refinada literatura. Ocorre que *Demerara* não se resume a uma bem estruturada costura de romance histórico. Seu protagonista é mais do que um personagem aleatório nascido da imaginação de Wagner. Bernardo Gutiérrez Barreira, um galego recém-chegado a São Paulo a bordo do mesmo navio que trouxe a gripe espanhola, foi, na vida real, ninguém menos do que seu avô. O fio da meada na construção deste livro começa, portanto, por uma curiosidade genealógica do próprio autor. Na família, segundo descobriu Wagner em suas pesquisas, pouco se sabe hoje a respeito desse avô. O que se conta é que teria morrido no mesmo dia do batizado de seu filho (o pai de Wagner, ao qual deu o mesmo nome). Cientes desse detalhe, que não está registrado no livro, fiquem desde já os leitores alertados para a pergunta que certamente desafiará sua imaginação nas páginas finais deste romance: o que teria acontecido com Bernardo Gutiérrez Barreira naquela manhã fatídica em que tomou a balsa em Osasco para a travessia do rio Tietê rumo à igreja de Nossa Senhora dos Remédios?

Laurentino Gomes, autor dos livros *1808, 1822, 1889, Os caminhos do peregrino* (em coautoria com Osmar Ludovico) e *Escravidão*. Ao todo, suas obras já venderam mais de 2 milhões de exemplares no Brasil, em Portugal e nos Estados Unidos.

“[...] sempre reconstruímos o
monumento à nossa maneira.

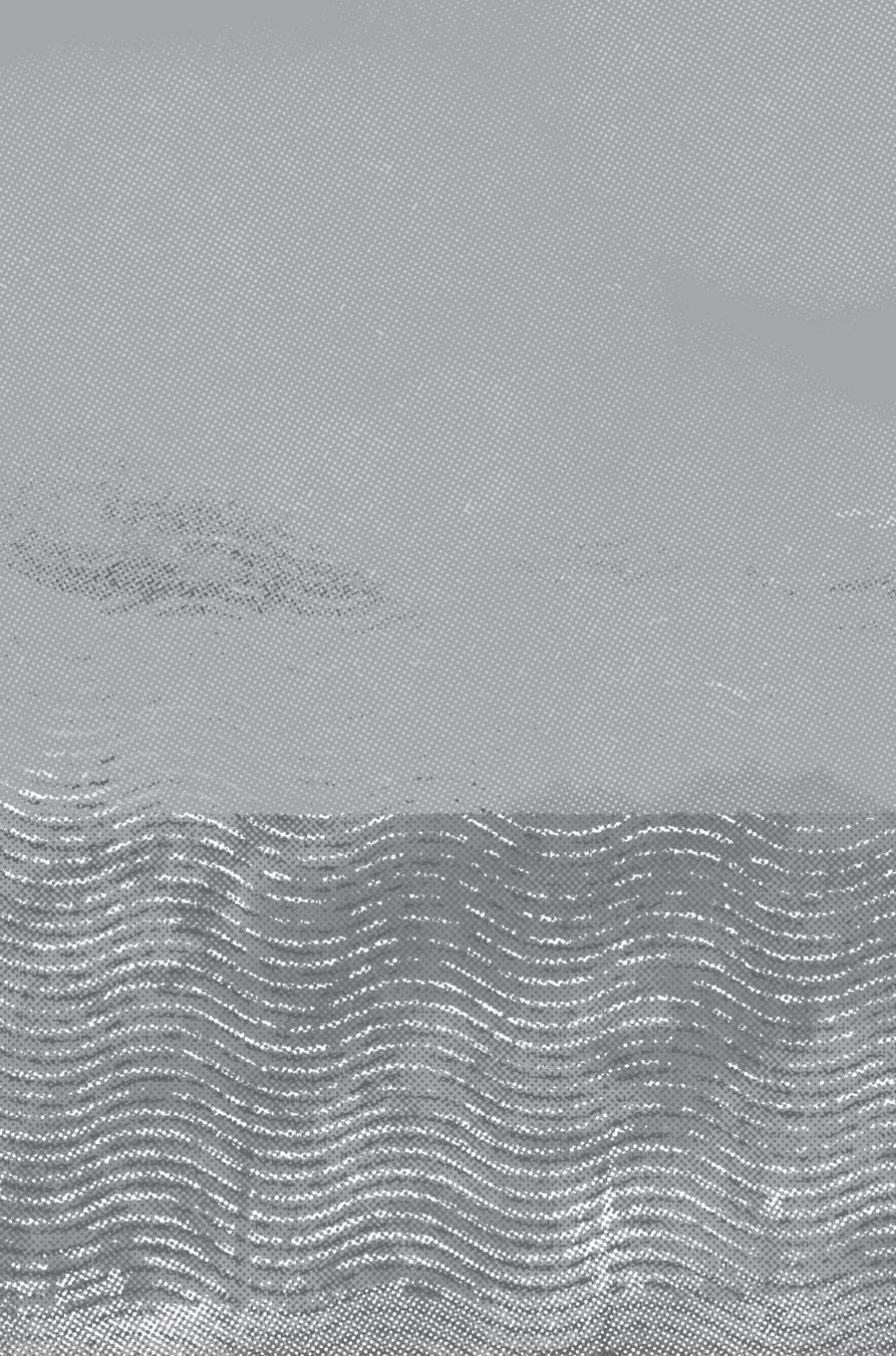
Mas já é muito não utilizar
senão pedras autênticas.”

Marguerite Yourcenar, “Caderno
de notas” de *Memórias de Adriano*

“Ah, todo cais é uma
saudade de pedra!”

Fernando Pessoa,

“Ode marítima”



— É hora — disse Aingeru.

Recolhi a trouxa, levantei do chão e olhei para o tronco enrugado da árvore à minha frente: “*Ata pronto, miña terra*”, falei baixinho.

— *Nos tomamos el olivo?* — perguntei ao novo amigo. Ri da própria graça e descemos na direção da Estação de Passageiros.

Dar “até logo” a uma oliveira parece tolo. Mas aquela não era uma árvore qualquer, era o orgulho de Vigo, a “cidade olívica”. Estampava a bandeira, recebia homenagens com banda de música, os galhos ganhavam fitas coloridas no aniversário — a moradora mais ilustre do lugar. Duvido que alguém tenha provado seu fruto. Estava ali para exibir coragem, não oferecer azeitonas. Os reis católicos, aprendi na escola, mandaram cortar todas as oliveiras da Galícia porque queriam o monopólio do azeite. A árvore de Vigo ficou de pé, em desafio, por isso era tão querida. Quando voltasse à Galícia, queria rever suas folhas miúdas e escuras que não caem no inverno. Não tinha muitos amigos, queria sair sem ser percebido. A oliveira pareceu a melhor companhia para a despedida. Eu não demoraria muito, e a árvore não ia mesmo sair dali. Para mim, ela não simbolizava poder. Gostava dela porque foi ao seu redor que tive pela primeira vez a sensação de ser livre. Saí do orfanato e pude olhar a rua,

ver o vaivém das pessoas. A árvore virou minha amiga, meu esconderijo, o lugar onde podia ficar só comigo.

No verão, costumava buscar sua sombra no Paseo Afonso XII para descansar depois da comida, ver a *ría* e o porto do alto — e lidar com as últimas páginas soltas do que foi uma bela edição do *Quixote*. Em dois anos, o maço era o que havia sobrado do livro, roubado do professor de espanhol. Ao contrário da oliveira, o *Quixote* perdia as folhas, e eu me esforçava para decorar as passagens que restavam. “É uma honra para os cavaleiros andantes não comer por um mês e, quando comerem, que seja daquilo que encontrarem mais à mão”, dizia o cavaleiro a Sancho Pança. Era um pouco como a minha vida naqueles tempos, em que a antiga fartura começava a escassear por causa da Grande Guerra. Ainda que nunca me faltasse comida, ficava cada vez mais difícil encontrar coisas de fora. Cervantes me ajudava a escapar do dia a dia, e eu era grato pelas aventuras do tonto que apanhava da realidade, enganado pela conversa boba e polida de Sancho. Não que eu fosse como o Quixote, nada mais diferente. Perdi a ingenuidade e a bondade ainda menino. Sabia onde pisava, era dono das minhas decisões e não me deixava levar por *ilusiones*. Ou pelo menos pensava assim naquele tempo. Aquela árvore heroica era mais uma mentira galega. Na igreja do *pueblo* onde nasci, não tão longe dali, eram duas as oliveiras. Mais bonitas, maiores. E nenhum soldado de Fernando e Isabel apareceu para cortá-las. Longe de Vigo, elas não incomodavam ninguém, só davam azeitonas.

A oliveira do Paseo Alfonso XII não estava lá por mim. Nem ela, nem as fábricas de conservas e o porto — os donos da riqueza de Vigo. As indústrias e os estaleiros tomaram o lugar dos pescadores e fazendeiros e mudaram a cidade em poucos anos, com muito dinheiro. Como repetiam os jornais, que lia de graça nos cafés, eram tempos de modernismo. E esse modernismo botava abaixo ruelas e becos para rasgar avenidas, passeios, trilhos de bonde. De onde antes se via um areal, agora soprava o cheiro forte da sardinha,

que envenenava o ar dentro das *conserveras* erguidas na beira da *ría*. As casas baixas dos morros viravam edifícios. Perto dos arcos do Berbés, aonde chegavam os barcos para vender o pescado, a velha Vigo era pequena, com vielas e escadarias de pedra que deixavam as pernas das mulheres mais duras de tanto subir e descer, onde todas as construções tinham o mesmo ocre desbotado, as portas pequenas. O lugar onde a cidade nasceu ficou lá, preso à nova metrópole, que crescia para os lados e para o alto. Nem a oliveira escapou. Saiu do adro da igreja em que foi plantada e foi levada para a avenida, de onde assistia às mudanças, as folhas balançando a cada passagem do bonde.

Eu gostava da nova Vigo. Ia passear à toa nas vizinhanças do Teatro Timberlick, mesmo que tivesse de desviar meu caminho. Ali perto, o Café Colón era o ponto de encontro dos herdeiros — os jovens velejadores do Real Club Náutico e as moças de louça das famílias antigas. Não me importava com os lugares onde não era bem-vindo. Podia me sentir parte da Vigo moderna ao ouvir o foxtrote dos fonógrafos pelas calçadas e olhar as vitrines mentirosas com “as novidades de Paris”. Nas ruas se ouvia gente falando línguas estranhas — alemães e ingleses que cuidavam dos cabos submarinos, capazes de enviar e receber telegramas através do Atlântico, e russos, franceses, estadunidenses. Circulava muito dinheiro, trazido da América pelos *indianos*, os imigrantes retornados depois de fazer fortuna. Eles construía palacetes para a família e plantavam palmeiras nos jardins, mudas embaladas em Havana que cresciam na terra galega e se tornaram a marca dos novos-ricos. Alguns construía escolas e hospitais depois de comprar o próprio conforto.

Os anúncios de desfiles de moda, *raids* de automóveis e banquetes literários que lia no *Faro de Vigo* e na revista *Vida Gallega* não combinavam com os mendigos, mutilados de guerra, ciganos e órfãos em quem eu esbarrava nas ruas. Nem com os camponeses que trocavam a enxada pela pá de pedreiro e davam forma aos novos prédios. Qualquer rua

tinha o barulho da construção, o ritmo dos bate-estacas. Os cafés costumavam transbordar de gente, mas as mesas na calçada ficavam vazias. Existiam muitas cidades no mesmo espaço, e elas não conviviam bem. A guerra fez subir o preço do pão, levou as sardinhas para alimentar soldados no *front* e trouxe uma nova palavra aos galegos — carestia. E alguma coisa acontecia no interior. Aparecia cada vez mais gente de fora atrás de trabalho ou de embarcar para a América. O movimento de vapores de passageiros tinha caído pela metade desde o tempo em que saí do orfanato. Em seu lugar, havia navios da Armada alemã fundeados na *ría*, mas os escritórios de imigração seguiam abertos, e o cais ficava feito formigueiro a cada vez que um vapor se aproximava do porto. Navios saíam lotados para Havana ou Buenos Aires. Parecia que todo galego queria ir embora. E talvez fosse assim. Eu não fazia parte do mundo dos pobres que partiam pensando em ficar ricos e muito menos do mundo dos ricos que ficavam para explorar os pobres.

A minha Vigo era a dos sobreviventes. Onde as putas, depois da *faena*, davam abrigo a rapazes que não tinham para onde voltar e os marinheiros buscavam sexo rápido, brigas e bebedeiras. Gostava da boemia, do baralho, das *trampas* ao redor da rua Ferrería, a maior zona de meretrício da Galícia. Bebia vinho de garrafão, fumava cigarros negros e frequentava rodas de *cuplé* nos cafés do Berbés, com suas canções picarescas — quis fugir com todas as cantoras que passaram pela cidade.

Meus ouvidos estavam acostumados ao ruído seco dos tamancos nas calçadas de pedra, eu tinha o cheiro avinagrado das sardinhas na brasa. Sabia onde conseguir sobras da comida das *pulperías*, roubar roupas e sapatos, subir e descer dos bondes sem bilhete, entrar no cinema pela porta dos fundos com a sessão começada.

Assim que passei a viver por minha conta, ganhei dinheiro com estafas, iludindo pessoas no jogo e indicando putas a marinheiros em troca de comissão, mas logo o porto virou

meu ganha-pão: apressava a liberação de carga com propina aos estivadores, pagava oficiais para virarem o rosto enquanto embarcava clandestinos, ajudava os contrabandistas. Era o *нено* amigo de todos, um faz-tudo que não corria das encrencas. Por isso, os ladrões do porto e os malandros dos bares gostavam da minha companhia. Jogava futebol — os goleiros se assustavam com meu chute de esquerda —, as moças diziam que eu era bom dançarino, tentava ser generoso quando podia. Nem sempre foi assim.

Nos tempos de menino, a cidade tomava a forma de luzes distantes, vistas da janela do orfanato da Igreja de São Francisco. Tinha sete anos quando saí de Traspuelas. Meu pai só conseguia trabalho na sementeira e na colheita, de onde tirava as poucas pesetas que deveriam nos sustentar o ano todo. Havia uma horta no fundo da casa, com batata, couve, cebola e milho, e um galinheiro com aves magras que mal botavam ovos. Eu me divertia caçando pombas e lebres com meu pai, dividindo o tempo de silêncio. Sempre sobrava um afago ou um sorriso no rosto duro do velho, que costumava passar o dia olhando para o nada, sentado no tamborete armado no terreiro da casa, nos fundos do vale. Em geral, do meu pai só podia esperar surras com nacos de couro, a forma como me castigava por nada, às vezes só por estar perto na hora errada. Minha mãe viveu triste e calada, cansada dentro da roupa preta. Tentava chorar escondida enquanto fazia a comida e, apesar de falar pouco, sempre acabava as frases com pedidos a Deus, à Virgem, ao santo do dia. As outras famílias tinham muitas crianças, mas em casa era só eu. Minha irmã Antía morreu bebê — “Foi para o céu como um anjo, pela vontade do Senhor”, falava minha mãe. Ela nunca mais teve filhos.

Dona Ermínia, a benzedeira, disse que ela havia perdido as regras. Eu, com quatro ou cinco anos, ficava curioso sobre quais regras eram aquelas de que falava a mulher banguela, com ramos de alecrim presos na orelha e colares que davam muitas voltas no pescoço. Dona Ermínia sempre

aparecia em casa quando alguém ficava doente, rezava com palavras assopradas que ninguém entendia, o dedão empurrando a testa. No fim, remexia as mãos, aumentava o volume com voz brava, como se fosse mesmo capaz de espantar o mau-olhado de dentro das pessoas com acenos e xingamentos. Eu não gostava dela. Depois que ia embora, minha mãe me trancava por dois ou três dias. Dizia que meu espírito estava fraco e eu poderia pegar quebranto outra vez se fosse visto por gente invejosa. “Esse não se cria”, dizia a benzedeira diante da magreza, que aumentava o tamanho do meu nariz e das orelhas. Ela sempre acabava a visita dizendo essa estupidéz. E minha mãe caía no choro ao ouvir o vaticínio.

“Quando sair, vai levar a fita amarrada”, repetia a velha, depois que a benzedeira ia embora. Eu tinha vergonha de usar aqueles fios vermelhos no pulso. Dona Ermínia colocava os cordões dentro da boca, e eu sentia nojo da sua baba no meu braço, mas até na missa era obrigado a levar a tal fita, puxando a manga para escondê-la do padre, para quem os fiapos eram uma blasfêmia, ainda que fossem trançados ao meu corpo na companhia de tantos pais-nossos e ave-marias. Minha mãe era tão católica, eu não entendia por que apelava a uma bruxa a cada febre. Por que não rezava mais alto e pronto?

Costumava ficar sozinho em casa até que meu pai voltasse do campo a tempo da sopa boba, um caldo ralo com o que estivesse à mão, nossa única refeição do dia — a mesma ração servida nas igrejas para os indigentes, descobri depois. Nos últimos tempos em que passei com ele, era o que tinha para comer. Deitado no colchão de palha, eu olhava as estrelas cruzarem as frestas do telhado antes de dormir. Gostava de brincar seguindo o caminho das formigas ou inventando soldados com cascas de árvore e de explorar o mato quando buscava lenha para o fogão. Meu lar era enfumaçado e triste, com o fedor do broto da cebola velha; um único cômodo com piso de madeira, a cozinha na entrada, o lençol estendido no fundo para separar a cama do filho da intimidade do casal. As paredes de pedra tinham buracos por onde os insetos entravam.

Nunca soube o que matou meu pai. Não me disseram, não perguntei. Estava sentado no tamborete do velho, perto da mesa. Havia esperado por ele mais do que de costume quando o vizinho Solano entrou em casa. Disse que acontecera algo ruim com meu pai e eu nunca mais o veria. Não me lembro se chorei, só que o segui pela senda e nunca mais vi minha casa. Minha mãe morreu meses antes, “de tristeza”, como ouvi no velório. Acho que nem tinha trinta anos, mas as rugas pareciam as de uma velha, a boca fina e puxada, com um resto de tosse nos cantos, a pele sem cor, os cabelos finos e presos, os ossos dentro do vestido surrado. Meu pai cuidava de mim como podia. Repetia que eu precisava deixar a casa limpa, ajudar com a comida. Depois que a velha se foi, a conversa ficou cada vez mais minguada, até que paramos de falar um com o outro.

“Ele morreu, o patrão veio avisar”, falou Solano, um homem pálido como os pés de milho no verão, e não disse mais nada. Fiquei feliz de ir para a casa dele. O filho mais velho de Solano tinha a minha idade, era meu único amigo — mas estava dormindo e nem me viu chegar. De manhã, vestido com a melhor roupa de Tiago, acompanhei a família do vizinho à igreja. O pai à frente, com os bebês gêmeos no colo, a mulher puxando a menina de cinco anos. Meu velho estava descalço no caixão, as unhas sujas de terra, deitado embaixo da imagem da Virgem Maria, perto da nave. O nariz parecia ainda maior e mais fino com o roxo na ponta. A boca ensaiava um sorriso torto, e poucos fios da barba preta espetavam o rosto sem cor.

Tal como no enterro da minha mãe, o padre falou umas poucas palavras em latim — eu acho, não entendi direito —, e o caixão foi carregado por quatro homens até o cemitério, nos fundos da igreja. Pelo peso do velho, dois bastariam. Quando chegamos na vala, não havia cruz para identificar o defunto, e ele foi baixado na cova rasa. Alguém me disse para jogar um punhado de terra em cima do caixão. Obedeci, e me tiraram de perto enquanto os coveiros cobriam o buraco no chão.

A casa de Solano era pouco maior que a nossa. Havia uma saleta, a cozinha e o quarto grande dividido pelo casal e os quatro filhos. Da cozinha, onde me acomodaram, ouvi a mulher sussurrando: *“Unha boca a máis, home. O que imos facer co neno?”*. Solano já sabia o que fazer para se livrar da boca extra e me levou embora assim que pôde. Caminhamos a manhã toda e paramos à sombra de um castanheiro seco para comer, o sol a pino.

— Por que Tiago não veio? — perguntei, na primeira vez em que falei desde que deixamos a casa.

— Ele não pode ir para onde vou te levar, tem de cuidar da mãe.

Mais algum tempo e chegamos a uma igreja. Solano pediu que esperasse por ele no adro e nunca mais voltou. Fiquei muito tempo sentado no banco de madeira fria até que dois rapazolas vestindo batina apareceram e perguntaram meu nome.

— Bernardo — disse, a cabeça baixa.

— Bernardo do quê? — devolveu o que parecia mais velho. — Fale mais alto.

— Bernardo Gutiérrez Barrera — repeti, como aprendera com meu pai. Ele também se chamava assim.

— Venha comigo! — gritou, engrossando a voz, o tom ríspido com o qual me habituaria dali por diante.

Fui atrás deles pelas ruas de pedra até o orfanato. Lá passei os dez anos seguintes.

— Vai aprender a viver como cristão. Se for bom aluno, obedecer aos irmãos, fazer o que mandam, seguirá para o seminário e será um de nós — disse o padre, a mão pesada no meu ombro, o rosto bexiguento, o hábito grosso mal cobrindo o pescoço vermelho, assim que entrei no orfanato. Falava bem de perto, devagar. Parecia mesmo que me dava as boas-vindas. Acompanhei o cura, segurando sua mão, até um salão cheio de beliches, onde indicou minha cama. Cheirava a mijo. Mandou que eu me sentasse — o colchão estava úmido — e fez a mesma coisa, encostando o corpo

em mim. — Aqui tem uma muda de roupa e um par de tamancos. Pode se vestir.

— Agora? — perguntei. — Aqui?

— Não vou sair. Vá, agora.

No orfanato, aprendi a ler, escrever, fazer contas, apalhar, bater e resolver meus problemas. Não fiz nenhum amigo. Uns poucos — os efeminados, os mais espertos — viraram padres. A maioria saiu de lá e foi tentar a vida na cidade.

— Desistiu, Bernardo? — quis saber Aingeru. — Vai mudar de ideia agora?

— Que não, em marcha. Vamos para o mundo.

Dei as costas à oliveira e descemos em direção ao porto. De longe já se via o navio, ancorado no meio da *ría*, diante da Estação de Passageiros, com sua única chaminé, o grande tombadilho quadrado projetado para a frente e o nome em letras maiúsculas na proa, pintado acima do casco negro: *Demerara*.